

Imagem

Revista do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense, Edição 41 Ab./Mai./Jun. 2014

Benefício Farmácia:
medicamentos acessíveis a todos

Nos trilhos da liberdade

Documentos oficiais do DOPS encontrados no Arquivo Público Nacional revelam como a polícia investigava os ferroviários no Norte Fluminense durante a década de 1940 e no período pós-1964

**LUGAR DE CRIANÇA É NA ESCOLA.
DIGA NÃO AO TRABALHO INFANTIL!**



MG/ORA/2012

**Campanha Nacional pela
Erradicação do Trabalho Infantil**

Procure um sindicato da CUT e participe!

SindipetroNF
Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
www.cut.org.br

FUP

S|umário

Vitória dos movimentos de luta pela
Democratização da Comunicação!
Presidenta Dilma Rouseff sanciona
Projeto de Lei do Marco Civil da Internet

7

10

A água que você consome é total-
mente limpa? Agrotóxicos, metais
pesados e hormônios podem estar
na água que chega à sua casa.

IMAGEM entrevistou Silvia
Jardim, uma das mais
importantes estudiosas do país
sobre saúde mental do
trabalhador

20

27

Aposentados e pensionistas da
Petrobrás se redescobrem
artistas em curso promovido
pelo Sindipetro-NF

Passagem dos 13 anos do
acidente com a P-36 é marcada
por mesa redonda sobre
"Trabalho e Desgaste Mental"

29

E|ditorial

Que não se repita mais

No dia 1 de abril, o golpe militar de 1964, completou 50 anos. Durante todo o mês foram realizados em todo país eventos de "descomemoração". Em Macaé, o Sindipetro-NF participou de um ato político promovido pela Associação dos Ferroviários Aposentados e exibiu o documentário "Forró de Cambaíba", que retrata da madrugada da ocupação do MST nas terras da antiga usina Cambaíba, Campos (RJ), em 2 de novembro de 2012 e denuncia a utilização dos fornos da usina durante a Ditadura Civil-Militar brasileira para queimar corpos de militantes políticos de esquerda. Para marcar a passagem desse momento crítico na história brasileira, a REVISTA IMAGEM devenda em uma matéria mais de 50 relatórios do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) relativos a Macaé, preservados no Arquivo Público do Estado.

Nessa edição, também falamos de uma das maiores vitórias da sociedade, que foi a aprovação do Marco Civil da Internet e sobre a qualidade da água que é consumida pelos brasileiros.

Uma boa leitura a todos

Imagem

É uma publicação trimestral do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense Sindipetro-NF
Rua Tenente Rui Lopes Ribeiro, 245 - Centro, Macaé. Telfax. (22) 2765-9550
Av. 28 de Março, 485 - Centro, Campos dos Goytacazes. Tel.: (22) 2733-1530

Diretoria Executiva: Antônio Alves da Silva, Antônio Carlos M. de Abreu, Armando Pinto de Freitas, Cairo Garcia Corrêa, Dimas Francisco de Moraes, Francisco Antônio de Oliveira Santos da Silva, Hélio Guerra, José Maria Rangel, Luiz Carlos de Souza Mendonça, Marcelo Abrahão, Marcio Ferreira dos Santos, Marcos Brêda, Norton Cardoso de Almeida, Valdick Sousa de Oliveira, Valter de Oliveira, Vitor Carvalho, Vicente Marques e Wilson Reis.

Dep. de Comunicação: Marcos Brêda, Doney Corteletti, Fernanda Viseu, Vitor Menezes e Glauber Barreto

Edição e redação: Fernanda Viseu (DRT/RJ 17.877) . **Artes/Diagramação:** Glauber Barreto

Foto de Capa: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX **Impressão:** nonono . **Tiragem:** 8 mil exemplares

E-mail imprensa: imprensa@sindipetronf.com.br, imagem@sindipetronf.org.br . **Home-page:** www.sindipetronf.org.br

Imagem acentua Petrobrás: saiba o motivo em www.sindipetronf.org.br.



Pela integração latino americana

Lançado em fevereiro desse ano, o blogue **Diferente, Pero no Mucho** é voltado para a integração latino-americana e se propõe a "ir além da cobertura cotidiana presente nos portais e agências de notícias que trazem, na maior parte das vezes, o discurso oficial como única narrativa presente".

O projeto existe desde 2006, quando foi criado na Rádio Unesp Virtual como um Rádio-documentário. Atualmente sua proposta é ouvir os povos e trabalhar por uma integração diversa da do Mercosul - Mercado Comum do Sul, que tem viés econômico, e alinhada à Alba - Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América, que busca uma integração solidária.

Junto ao blogue, foi criada a Rádio Maíz, cuja proposta é ser um canal de difusão da música latino-americana para o público brasileiro. "Canções de lamentação, dor, de luta. Ritos, risos e ditos. Nosso ímpeto é de reverenciar aquilo que representa nosso próprio nome: Queremos mostrar da raiz à flor deste pé, e não importa a cor". Este é o espírito da "Rádio Maíz: Ouvidos Abertos aos sons da América Latina".

Fonte: <http://peronomucho.com/>



Plenária da CUT

De 28 de julho a 1 de agosto acontecerá em Guarulhos a 14ª Plenária Nacional da Central Única dos Trabalhadores. O evento acontece num cenário político marcado pela disputa eleitoral em 2014, pós copa e pelas tensões sociais. Segundo os organizadores, será um momento também de afirmação da CUT no cenário sindical internacional com a indicação do ex presidente João Felício à presidência da Confederação Sindical Internacional (CSI).

Durante a plenária, os participantes poderão aprofundar a discussão dos projetos políticos em disputa e sobre o papel da CUT em mais um momento decisivo da história brasileira. Como desdobramento desse processo, a Plenária deverá apresentar propostas para os desafios que a própria CUT enfrenta para atualizar seu projeto político-organizativo e para fortalecer sua capacidade de continuar defendendo os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.



Envie sugestões de pauta, críticas, cartas para a Revista Imagem. Aguardamos sua opinião: imagem@sindipetronf.org.br

Boa leitura



Do Quilombo à favela: a produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro

Do tráfico de escravos ao tráfico de drogas e dos navios negreiros aos camburões, este livro traça um profundo e esclarecedor estudo sobre o longo processo que culminou na situação atual dos principais centros urbanos brasileiros. O autor aborda os mais diversos problemas sociais e dá destaque a um tema em constante polêmica: a permanência ou remoção territorial das populações mais pobres da cidade. Andreino aborda ainda as estruturas dos quilombos, trata da associação das escolas de samba com os banqueiros do jogo do bicho e os traficantes de drogas, estratégias de sobrevivência do povo pobre e favelado, discute as teses sobre a produção do "espaço criminalizado", mostra como as associações de moradores enfrentam a violência e apresenta um olhar inovador que liga quilombo e favela a um único processo de formação do espaço urbano do Rio de Janeiro.

Preço sugerido: R\$ 32,00
Fonte: www.livrariagramsci.com.br

Mais de 40 mil na Marcha da Classe Trabalhadora



Marcha com maioria de cutistas tomou conta da capital paulista (Fotos: Dino Santos)

Consulta Pública sobre o Porto em Macaé

Foi aprovada pela Câmara de Vereadores de Macaé, Rio de Janeiro, no dia 9 de abril uma Consulta Pública sobre a implantação do novo Terminal Portuário (TERPOR) no município. Apesar de já ter ocorrido uma Audiência Pública no dia 15 de janeiro, a sociedade civil organizada e os ambientalistas se dizem preocupados com a construção do novo porto.

No projeto, o TERPOR está planejado para ocupar uma área localizada no Bairro do Barreto, onde não há infraestrutura necessária, que garanta qualidade de vida para os moradores do local. Os maiores impactos ambientais serão causados ao Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e Arquipélago de Sant'Anna, santuários de espécies nativas da fauna e flora, que inclusive estão em extinção. Algo que não foi explicitado no Relatório de Impactos Ambientais (RIMA). A prefeitura de Macaé tem até junho para realizar a Consulta Pública do Novo Porto.

A Praça da Sé mostrou na manhã da quarta-feira, 09 de abril, ser mais uma vez o espaço para as grandes mobilizações dos trabalhadores. Desta vez foi a 8ª Marcha da Classe Trabalhadora realizada pela CUT e demais Centrais sindicais que trouxe para a Praça mais de 40 mil trabalhadores e trabalhadores vindos de todo o país mobilizados para divulgar a sua pauta de reivindicações para os setores público e privado. Foi um belo espetáculo de cidadania e um momento em que a democracia tomou conta das ruas.

A 8ª Marcha teve início da Praça da Sé e se deslocou até a avenida Paulista, onde foi finalizada em frente ao MASP – Museu de Arte de São Paulo. Durante todo o percurso, as lideranças sindicais e os trabalhadores aproveitaram a oportunidade para destacar e apresentar as bandeiras de luta da classe trabalhadora às pessoas

que estavam nas calçadas ou nas janelas dos escritórios e residências. Tudo aconteceu com grande receptividade.

Para o presidente da CUT Nacional, Vagner Freitas, a Marcha foi um momento em que os trabalhadores trouxeram para as ruas a sua pauta de reivindicações e que, com certeza, servirá para pressionar o Executivo e o Congresso Nacional a retomar o diálogo. Em matéria publicada no site da CUT Nacional, o presidente da Central destaca que “o Congresso tem de aprovar a nossa pauta. Esse é o momento. Em ano eleitoral, eles vêm atrás de voto e para ter voto de trabalhador (a) tem de atender a pauta da classe trabalhadora”.

Sobre a expressiva participação da militância cutista, Freitas também mencionou que “é essa militância que ajudou a mudar o Brasil, que foi decisiva na construção da democracia, do novo sindicalismo. E essa militância que vem defender os seus direitos e a sua pauta de reivindicações. Essa militância que atendeu ao chamado da CUT e dos sindicatos cutistas”. (Assessoria CUT)

agenda

03 A 23 DE MAIO - ELEIÇÃO PARA A NOVA DIRETORIA DO SINDIPETRO-NF, TRIÊNIO 2014/17

5 DE MAIO DE 1818 - NASCE KARL MARX

15 DE MAIO – ATO EM DEFESA DA PETROBRÁS NO RIO DE JANEIRO, EM FRENTE AO EDIFÍCIO SEDE DA EMPRESA (EDISE)

21 DE MAIO – ATO EM DEFESA DA PETROBRÁS EM SÃO PAULO, EM FRENTE AO EDIFÍCIO SEDE (EDISP)

5 DE JUNHO - DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE

12 DE JUNHO - INÍCIO DA COPA DO MUNDO NO BRASIL

2 DE JULHO DE 1996 - FUNDAÇÃO DO SINDIPETRO-NF

28 DE JULHO A 1 DE AGOSTO - PLENÁRIA NACIONAL DA CUT



Direito

Caroline Cavassa

A Após dezoito anos de existência no Brasil, a Internet não é mais terra de ninguém. No dia 24 de abril, foi publicado no Diário Oficial da União a sanção pela presidenta Dilma Rousseff do Marco Civil da Internet, Projeto de Lei que garante princípios, garantias, direitos e deveres aos usuários da rede e que dá um passo decisivo na proteção dos direitos dos internautas. O Marco Civil foi aprovado no dia 22 de abril pelo plenário do Senado Federal e assinado pela presidenta Dilma Rousseff, no dia 23 de abril, durante a abertura do Encontro Global Multissetorial sobre o Futuro da Governança da Internet - NET Mundial, que aconteceu em São Paulo.

Com isso, o Brasil passará a ser referência mundial em legislação sobre rede mundial de computadores: o projeto é, na opinião dos

movimentos de defesa da democratização da comunicação, especialistas em redes de informação e em democracia participativa, um avanço significativo que deve servir de exemplo para o mundo. A prova foi a nota divulgada às vésperas da votação, pelo físico britânico Tim Berners-Lee, considerado o pai da internet, na qual ele enaltece a proposta de marco legal brasileira. "Se o Marco Civil passar, sem mais atrasos ou mudanças, será o melhor presente para os usuários de internet no Brasil e no mundo", afirma ele. Para o cientista, o principal mérito do projeto, tal como o da própria web, é ter sido criado de forma colaborativa, refletindo o desejo de milhares de internautas. "Esse processo resultou em uma política que equilibra os direitos e responsabi-

Marco civil da internet: o que isso tem a ver com você?

Projeto de Lei que garante princípios, garantias, direitos e deveres aos usuários da rede e é considerado uma espécie de constituição da rede mundial de computadores, foi sancionado pela presidenta Dilma Rousseff

dades dos indivíduos, governo e empresas que usam a internet", acrescentou.

O Projeto que é uma espécie de constituição da Internet, começou a ser elaborado em 2009, pelo Ministério da Justiça, com a colaboração do Centro de Tecnologia e Sociedade, da Fundação Getúlio Vargas e, com a participação direta da sociedade civil, por meio de colaboração online, direta e aberta.

Após extensa consulta pública, com mais de 2.300 contribuições, o projeto foi encaminhado ao Congresso Nacional, em 2011, tendo como seu relator, o Deputado Alessandro Molon (PT-RJ), em 2012.

Ao longo das negociações entre o

governo e sua base aliada, o texto do PL sofreu algumas alterações e teve sua votação impedida por diversas vezes, graças ao lobby das grandes empresas de telefonia, que de lá pra cá, sempre se mostraram contrárias à neutralidade da rede, fato que as impede de cobrar pacotes diferenciados aos internautas.

Após a forte resistência de alguns parlamentares e à luta de ativistas da comunicação, que fizeram uma forte campanha de conscientização dos internautas sobre a importância do MCI, o PL foi aprovado sem interferência nos principais pilares que os sustentam: liberdade de expressão, neutralidade na rede e o direito à privacidade dos usuários da Internet no Brasil.

Os movimentos de luta pela democratização da comunicação, que atuaram continuamente para defender a aprovação do projeto, comemoraram o peso da força da sociedade civil nesta batalha. Só o abaixo-assinado eletrônico liderado pelo ex-ministro da Cultura, Gilberto Gil, e entregue à Câmara no dia da votação, conquistou 350 mil assinaturas favoráveis ao Marco Civil, feito histórico no parlamento.

No dia 22 de abril pelo Twitter, a presidenta Dilma avaliou o marco civil como "um passo fundamental para garantia da liberdade, da privacidade e do respeito aos direitos do usuário da internet", além de destacar o papel da lei na garantia da neutralidade do caráter livre e aberto da rede mundial.

Entenda o porque do Marco Civil ter tudo a ver com você:



O que é a neutralidade da rede?

Por que ela é importante?

A neutralidade da rede é a garantia de que os pacotes de dados que circulam na Internet não terão distinção por conteúdo (seja político, religioso, ou relacionado a gênero, e assim por diante), origem (se é proveniente de um determinado computador ou empresa ou

sistema operacional), destino (se é destinado a um determinado computador ou empresa ou sistema operacional) ou serviço (se é YouTube ou Skype ou e-mail ou música, e assim por diante). Sem a neutralidade da rede, o seu provedor de conexão (a empresa que te fornece acesso à Internet) poderá escolher por você o que você pode acessar, priorizando o acesso a determinados sites com quem tenha algum acordo comercial ou que sejam do interesse da empresa, em detrimento de outros. O Marco Civil defende que tudo

que trafega pela Internet seja tratado sem discriminação. Sem a neutralidade da rede, provedores de conexão também poderiam vender "planos", como uma espécie de TV por assinatura. Por exemplo, se você quiser apenas receber ou enviar e-mails terá que pagar um preço. Se quiser fazer downloads de músicas ou vídeos, outro preço mais alto. Se quiser acessar programas de chamadas de voz, como o Skype, terá que pagar um preço ainda mais alto. Sem neutralidade da rede, os provedores de conexão poderiam

te fornecer acesso a um site X, mas não a outro site Y. Ou que o acesso ao site Y seria bem mais lento, do que o acesso ao site X. Isso seria a quebra da neutralidade. Seria o fim da Internet como a conhecemos. Seria contra os princípios estabelecidos pelo criador da web, Tim Berners-Lee. Ou seja, sem a neutralidade garantida, os provedores teriam aval para analisar e discriminar o conteúdo acessado pelo consumidor, podendo comprometer o conteúdo que o internauta gostaria de acessar, caso o mesmo acesse algo fora do plano ofertado. Isso é feito em países como China, Irã, Rússia e Síria. Por isso a neutralidade da rede é importante para garantir que a Internet continue sendo um espaço democrático, livre e aberto. Sem ela, fica comprometida a liberdade de manifestação do pensamento, a escolha do usuário, a livre concorrência na rede e a possibilidade de inovação.

Quem irá regulamentar a neutralidade da rede?

A neutralidade da rede, tratada no artigo 9º do projeto, pode ter algumas exceções, como, por exemplo, o uso de Voz sobre IP (VoIP), como o Skype, ou a priorização a serviços de emergência ou de streaming – que fazem parte dos requisitos técnicos indispensáveis ao funcionamento da internet. Essas exceções serão regulamentadas pelo Presidente da República, conforme previsto no art. 84, IV, da Constituição Federal. Para aprimorar o bom funcionamento da Internet no Brasil, o Comitê Gestor da Internet (CGI.br), que é o órgão multiparticipativo e responsável pela governança da Internet no Brasil, composto por governo, sociedade civil, empresariado e academia; bem como a Anatel

serão ouvidos para opinar sobre tais exceções à neutralidade da rede.

Com a neutralidade da rede assegurada, os provedores de conexão de Internet poderão vender pacotes de velocidade diferenciados?

Sim. A neutralidade da rede simplesmente estabelece que se o plano adquirido pelo usuário for, por exemplo, de 10 megabytes, tudo o que ele quiser acessar, independentemente do site, do sistema operacional (Windows, Apple iOS, Android, GNU/Linux etc.), do conteúdo, da origem ou do destino, será tratado com a mesma velocidade de 10 megabytes.

Os provedores de conexão NÃO poderão reduzir a velocidade com base no tipo do conteúdo acessado, ou à origem ou destino dos pacotes de dados, ou à natureza, plataforma, sistema ou tecnologia utilizada. Planos com velocidades e preços distintos, como a oferta de 5 megabytes, 10 megabytes, 50 megabytes, 100 megabytes, e assim por diante, poderão continuar a ser ofertados. O que não se pode fazer é limitar a velocidade do usuário com base no conteúdo, origem, destino, serviço, terminal ou aplicativo.

O que é a guarda de registros (logs)? Quem poderá ter acesso a eles?

Os logs são os registros das atividades de um usuário na conexão ou em serviços on-line. Por exemplo, logs registram o endereço IP (protocolo de internet ou endereço da conexão), a data e a hora em que um usuário interage on-line (acessa sua conta de e-mail, faz comentários em fóruns, publica textos em blogs, veicula vídeos etc). Logs não registram o conteúdo das comunicações ou o hábito da navegação, mas apenas as informações da própria conexão à internet (logs de conexão) ou do acesso aos serviços ou aplicativos (logs de acesso a aplicação).

Conforme determinado no Marco Civil da Internet, o provedor de conexão só pode guardar os logs de conexão do usuário (e não os de acesso a aplicações) e apenas pelo prazo de um ano. O prazo só pode ser estendido mediante decisão judicial, para auxiliar em uma investigação. O provedor de conexão, portanto, não poderá armazenar informações sobre o que você anda buscando na Internet e o que escreve por aí – pois lhe é vedado guardar os logs de aplicação. Assim, sua privacidade está mantida. Por sua vez, os provedores



de aplicações, como UOL, Facebook, Google, YouTube, Skype, os blogs e páginas da Internet em geral etc., podem guardar apenas os logs de aplicação – ou seja, os registros de acesso às suas aplicações ou serviços, para identificar quando um usuário as acessa.

A privacidade dos usuários será protegida?

O respeito à privacidade está no artigo 3º como um dos princípios do uso da Internet no Brasil. No artigo 7º, dentre os direitos dos usuários, temos o direito à inviolabilidade da intimidade e da vida privada, assegurado o direito à sua proteção e à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; e o direito à inviolabilidade e ao sigilo de suas comunicações pela Internet, salvo por ordem judicial. Isso reforça a privacidade do usuário de Internet e resolve uma série de questões sobre a equiparação entre o sigilo de dados e o de comunicações telefônicas.

Além disso, o usuário passa a ter direito reconhecido em lei de não ter seus dados, incluindo hábitos de navegação e logs repassados a outras pessoas sem o seu consentimento expresso e livre. Hoje diversas empresas trabalham com esses dados sem nenhum tipo de regulamentação, o que causa insegurança jurídica para elas e para os usuários, além de falta de transparência. O Marco Civil garante a proteção dos dados pessoais e disciplina seu uso pelas empresas de Internet.

A proteção à privacidade é reforçada no artigo 8º: “A garantia do direito à privacidade e à liberdade de expressão nas comunicações é condição para o pleno exercício do direito de acesso à Internet”. Além disto, o parágrafo 3º do artigo 9º

deixa claro que é “vedado bloquear, monitorar, filtrar ou analisar o conteúdo dos pacotes de dados”. Ou seja, o Marco Civil cria todos os mecanismos para proteger a privacidade do internauta brasileiro.

E os dados pessoais do internauta, também serão protegidos?

Sim. O artigo 3º estabelece como princípio do uso da Internet no Brasil a proteção aos dados pessoais do internauta, tais como nome, endereço, telefone, fotografias, enfim, quaisquer dados ou metadados que possam identificá-lo. No artigo 7º, que trata dos direitos dos usuários, consta o direito a informações claras e completas sobre a coleta, uso, armazenamento, tratamento e proteção de seus dados pessoais. Além disso, está expresso o direito à exclusão definitiva dos dados pessoais do usuário que os tiver fornecido a determinada aplicação de Internet, a seu requerimento, ao término da relação entre as partes. Ou seja, a partir de agora, quando alguém encerrar um perfil em uma rede social, poderá pedir – e terá de ser atendido – a exclusão definitiva de seus dados pessoais, que não mais poderão ficar arquivados em servidores das empresas contra a sua vontade.

A liberdade de expressão na Internet será mantida? O projeto possibilita algum tipo de censura? O governo poderá ter algum controle sobre a Internet?

O Artigo 2º cita o respeito à liberdade de expressão como fundamento da disciplina do uso da Internet no Brasil. O inciso I do Artigo 3º do Marco Civil determina a “garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição”.

O Artigo 8º reforça o princípio: “A garantia do direito à privacidade e à

liberdade de expressão nas comunicações é condição para o pleno exercício do direito de acesso à Internet”.

Ademais, o novo Artigo 20 (antigo art. 15) cria uma regra geral que protege fortemente a liberdade de expressão. Ou seja, o projeto de lei dá aos usuários da Internet uma segurança muito importante, para que cada um manifeste sua opinião, garantindo, assim, a liberdade de expressão. Ao contrário do que alguns têm dito, o Marco Civil não prevê qualquer mecanismo que permita o controle da Internet pelo governo ou por qualquer pessoa. Muito pelo contrário. Ele garante um ambiente aberto, democrático e livre.

Como uma pessoa poderá solicitar a retirada de conteúdos em casos de publicações que contenham injúria e ofensa a honra?

Ofensas contra a honra ocorrem tanto na Internet quanto fora dela. É sempre um problema jurídico ter de decidir esse tipo de situação, averiguando a verdade do que foi dito e se houve de fato ofensa ou não.

Na Internet, é preciso encontrar uma regra equilibrada que permita a solução rápida desses problemas, mas que também não viole a liberdade de expressão e se torne, assim, um ato de censura.

O Marco Civil garante que essas ofensas serão tratadas de forma rápida e simples pelo Judiciário, ao permitir que os Juizados Especiais tratem dessas questões e determinem, de forma rápida, em liminar, que as ofensas sejam retiradas. Isso garante a todos o direito de terem seus pedidos apreciados por um juiz e não por um agente econômico, que pode ser pressionado a retirar ou censurar conteúdos por diversos motivos, como financeiros, políticos, religiosos e assim por diante.



Dá para beber essa

Agrotóxicos, metais pesados e substâncias que imitam hormônios podem estar na água que chega à torneira da sua casa ou na mineral, vendida em garrações, restaurantes e supermercados. Saiba por que nenhuma das duas é totalmente segura

Anne Vigna – Agência Pública

Pesquisar sobre a água não é fácil. Não existem leis ou regras que definam um critério uniforme para a divulgação de dados. Esperei mais de 15 dias, por exemplo, para receber as análises de qualidade para o município de São Paulo, segundo as normas da Portaria 2.914/2011, do Ministério da Saúde. Os mesmos resultados para o Rio de Janeiro estão disponíveis para consulta de qualquer pessoa no site da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), responsável pelo tratamento de água na cidade. Não se sabe por que uma das concessionárias fornece a informação publicamente, enquanto a outra não diz nada sobre o assunto.

Depois de muita espera e de uma dezena de e-mails trocados, recebi quase todas as análises da capital paulista feitas pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de

São Paulo (Sabesp), encarregada da água e do saneamento na metrópole. No primeiro envio, porém, faltavam vários dos parâmetros considerados pela portaria do Ministério da Saúde. Por quê? Não há como saber. Depois de insistir mais, recebi todos os dados (aqui, aqui, aqui e aqui). Como primeiro resultado dessa investigação sobre a qualidade da água, posso dizer que, em São Paulo e no Rio de Janeiro, dá para beber a água da torneira sem correr o risco de ser vítima de uma contaminação microbiana. Ninguém vai passar mal, nem ter diarreia. É preciso, no entanto, verificar se a caixa d'água do imóvel está limpa. Tanto em um prédio como em uma casa, ela precisa ser lavada a cada seis meses. Nos condomínios, o síndico é o responsável por cuidar da execução do serviço. Nas residências, o proprietário tem que fazer o trabalho ou

água?

contratar uma empresa para isso. Se a limpeza estiver em dia, tudo bem. A água usada para abastecimento público passa por um processo de tratamento e desinfecção mecânico e químico, que elimina toda a poluição microbiológica (coliformes totais – grupos de bactérias associadas à decomposição da matéria orgânica – e Escherichia coli). “A água da torneira é controlada várias vezes por dia, para se ter certeza de que está sempre dentro dos padrões de qualidade”, afirma Jorge Briard, diretor de produção de água da Cedae, no Rio. Mas o fato de se poder beber a água da torneira não quer dizer que o líquido não esteja poluído – e que não possa causar problemas de saúde no longo prazo.

REGRAS “ADAPTADAS À REALIDADE BRASILEIRA”

Na água do abastecimento público existem vários tipos de poluentes tóxicos. Estudos científicos associam o consumo de muitos deles ao

aumento da incidência de câncer na população, enquanto outros têm efeitos ainda pouco conhecidos na saúde. Estão presentes na água que bebemos substâncias químicas como antimônio, arsênio, bário, cádmio, chumbo, cianeto, mercúrio, nitratos, triclorobenzeno, diclorometano; agrotóxicos como atrazina, DDT, trifluralina, endrin e simazina; e desinfetantes como cloro, alumínio ou amônia.

A portaria do Ministério da Saúde controla os níveis de 15 produtos químicos inorgânicos (metais pesados), de 15 produtos químicos orgânicos (solventes), de sete produtos químicos que provêm da desinfecção domiciliar e de 27 tipos de agrotóxicos presentes na água. Na primeira norma de potabilidade da água do Brasil, a Portaria 56/1977, havia apenas 12 tipos de agrotóxicos, 10 produtos químicos inorgânicos (metais pesados) e nenhum produto químico orgânico (solventes), nem produtos químicos secundários da desinfecção domiciliar.

A mudança reflete a crescente poluição da indústria, que utiliza metais pesados e solventes; do setor agrícola, que usa agrotóxicos e fertilizantes; e de todos nós, que limpamos a casa com cada vez mais produtos químicos. A assessoria de comunicação do Ministério da Saúde afirma que as substâncias que hoje estão na Portaria 2.914/2011 foram escolhidas a partir “dos avanços do conhecimento técnico-científico, das experiências internacionais e das recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2004), adaptadas à realidade brasileira”. O último trecho da resposta do ministério, “adaptadas à realidade brasileira”, permite entender a diferença entre os agrotóxicos e contaminantes inorgânicos escolhidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e os listados na portaria brasileira. A OMS inclui um número

muito maior de produtos químicos. Em um dossiê especial sobre agrotóxicos publicado em 2012, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) questiona essa discrepância: “Por que monitorar menos de 10% dos ingredientes ativos oficialmente registrados no país?” O ingrediente ativo, ou princípio ativo, é uma substância que tem algum tipo de efeito em organismos vivos.

Um exemplo é a bentazona. Considerada pela OMS como um poluente da água, a substância não aparece na portaria do Ministério da Saúde. Na bula de agrotóxicos que a contêm, como o Basagran, a bentazona é descrita como “um agroquímico da classe toxicológica I – extremamente tóxico e nocivo por ingestão”. Como herbicida, é muito usada nas culturas de soja, arroz, feijão, milho e trigo. E o que isso tem a ver com a água? Os próprios fabricantes dão a entender que, se for mal utilizada, a bentazona pode causar efeitos danosos sobre o ambiente aquático. “[O produto] é perigoso para o meio ambiente por ser altamente móvel, apresentando alto potencial de deslocamento no solo e podendo atingir principalmente as águas subterrâneas. Possui ainda a característica de ser altamente persistente no meio ambiente, ou seja, de difícil degradação”, diz o texto. Outro exemplo: um estudo de 2009 sobre a contaminação de mananciais hídricos, liderado pelo pesquisador Diecson Ruy Orsolin da Silva, da Universidade Federal de Pelotas, monitorou a ocorrência de agrotóxicos em águas superficiais de sete regiões do sul do Brasil, associadas ao cultivo de arroz na safra 2007/2008. De todos os produtos detectados – clomazona, quincloraque, penoxsulam, imazetapir, imazapique, carbofurano, 3-hidróxido-carbofurano, fipronil e tebuconazol – somente o carbofurano é controlado pela portaria. Isso mostra que muitos dos agrotóxicos

utilizados, e que estão presentes nos meios aquáticos no país, não são fiscalizados pelas empresas de tratamento de água. Elas não são obrigadas pelo Ministério da Saúde a fazer o controle.

Em São Paulo e no Rio, os níveis dos produtos químicos listados na portaria estão dentro dos limites permitidos. Na verdade, os valores de São Paulo são muitos melhores do que os do Rio. Isso é uma boa notícia? Sim e não. “Os processos de transformação química quebram as moléculas tóxicas, fazendo com que desapareçam. Essa manipulação da água cria outros compostos ou resíduos desconhecidos. Ninguém procura por eles e evidentemente não estão na portaria. Hoje ninguém sabe quais são os efeitos dessas moléculas”, diz Fabrice Nicolino, jornalista francês especializado em meio ambiente. Mesmo concentrações muito baixas de algumas substâncias podem ser perigosas.

A POLÊMICA DO ALUMÍNIO

Como se tiram os poluentes da água? Tudo começa com um processo chamado coagulação. Nessa fase, são adicionados sulfato de alumínio e cloreto férrico, para agregar as partículas de sujeira presentes. O uso do sulfato de alumínio é muito polêmico no mundo todo. Ainda que não tenha sido provada uma relação direta entre esse produto químico e a doença de Alzheimer, vários cientistas europeus defendem que ele é responsável pelo aumento da incidência do problema nas últimas duas décadas.

Um estudo feito durante oito anos pelo Instituto Nacional Francês de Saúde e Pesquisa Médica (Inserm), em Bordeaux, no sul da França, concluiu que uma forte concentração de alumínio na água, bebida a vida toda, pode ser um fator de risco para o desenvolvimento de Alzheimer. Realizada por um dos centros de

maior prestígio da França, a pesquisa causou – e continua a causar – muito barulho, tanto na imprensa quanto no mundo científico.

Também teve forte impacto um artigo científico dos pesquisadores Chris Exley, da Universidade Keele, e Margaret Esiri, da Universidade de Oxford – ambas no Reino Unido – publicado no *Journal of Neurology, Neurosurgery and Psychiatry* em 2006. Quando foi realizada a autópsia de Carole Cross, que morreu, aos 59 anos, de Alzheimer, observaram-se altas concentrações de alumínio no seu cérebro. Os autores relacionaram o achado a um acidente que atingiu a cidade de Camelford, na Inglaterra, onde Carole vivia em 1988. Na época, 20 toneladas de sulfato de alumínio foram depositadas por engano nas tubulações de água potável. Os pesquisadores não relacionam diretamente a presença do metal com a doença. Sabe-se, contudo, que o alumínio está ligado a alguns tipos de demência, e que Carole não tinha antecedentes familiares com doenças semelhantes.

PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO

Faz um bom tempo que as empresas responsáveis pelo tratamento da água conhecem os perigos do alumínio. Em Paris, a substância deixou de ser usada nesse processo há mais de 20 anos. Adota-se o cloreto férrico. A prefeitura da capital francesa resolveu fazer a mudança pelo que é conhecido como princípio da precaução: se existem antecedentes ou experiências que sugeriram um risco, não se espera que a ciência comprove isso. É melhor prevenir do que lidar com o problema depois.

Quando perguntei à Sabesp e à Cedae se achavam possível parar de usar o alumínio, a resposta foi clara. “Mas por quê? O produto funciona muito bem”, disse André Luis Gois Rodrigues, responsável pela qualidade da água na Sabesp. As duas

empresas admitiram conhecer a polêmica. “Nada foi comprovado. O uso do alumínio é permitido pelo Ministério da Saúde e também pela OMS. Se um dia for demonstrado que há risco, com certeza deixaremos de usar”, explicou Jorge Briard, da Cedae. Além de ser barato, o sulfato de alumínio permite obter uma cor transparente, um pouquinho azul, bem bonitinha, semelhante à de um rio limpo. Por isso, é bem prático. Ninguém vai se queixar da cor da água.

Vale lembrar que a água não é a única fonte de absorção do alumínio no corpo. Atualmente a substância encontra-se em altas concentrações na comida (nos legumes e especialmente nos aditivos alimentares, como conservantes, corantes e estabilizadores), nos cosméticos ou nos utensílios de cozinha. De acordo com a OMS, um adulto ingere cerca de 5 miligramas de alumínio por dia apenas da comida. Para a organização, os aditivos são a principal fonte de alumínio no corpo. Em comparação, a água traz um volume muito menor: em média 0,1 miligrama por litro, o que pode somar 0,3 miligrama se você bebe 3 litros por dia. Segundo a entidade, o alumínio na água representa só 4% do que um adulto absorve.

Essa relação também é válida para os agrotóxicos. É bem provável que, comendo legumes não-orgânicos, uma pessoa absorva uma quantidade muito maior desses produtos do que ao beber água. Fazer essa comparação é muito complicado, porque o jeito de contabilizar os agrotóxicos é diferente na comida e na água. Sabemos, porém, que os agrotóxicos são diretamente aplicados nas plantações, e as medições mostram que estão em proporção maior nos alimentos do que na água. Por conta da grande utilização de medicamentos na criação de animais hoje, os cientistas reconhecem que a dose diária de absorção de antibióti-

cos e hormônios de crescimento é mais importante pela comida do que pela água. O professor Wilson Jardim, da Unicamp, explica, no entanto, que isso não muda o fato de que, mesmo em doses pequenas, os contaminantes presentes na água possam ter um efeito negativo na saúde.

QUAL ÁGUA É MELHOR?

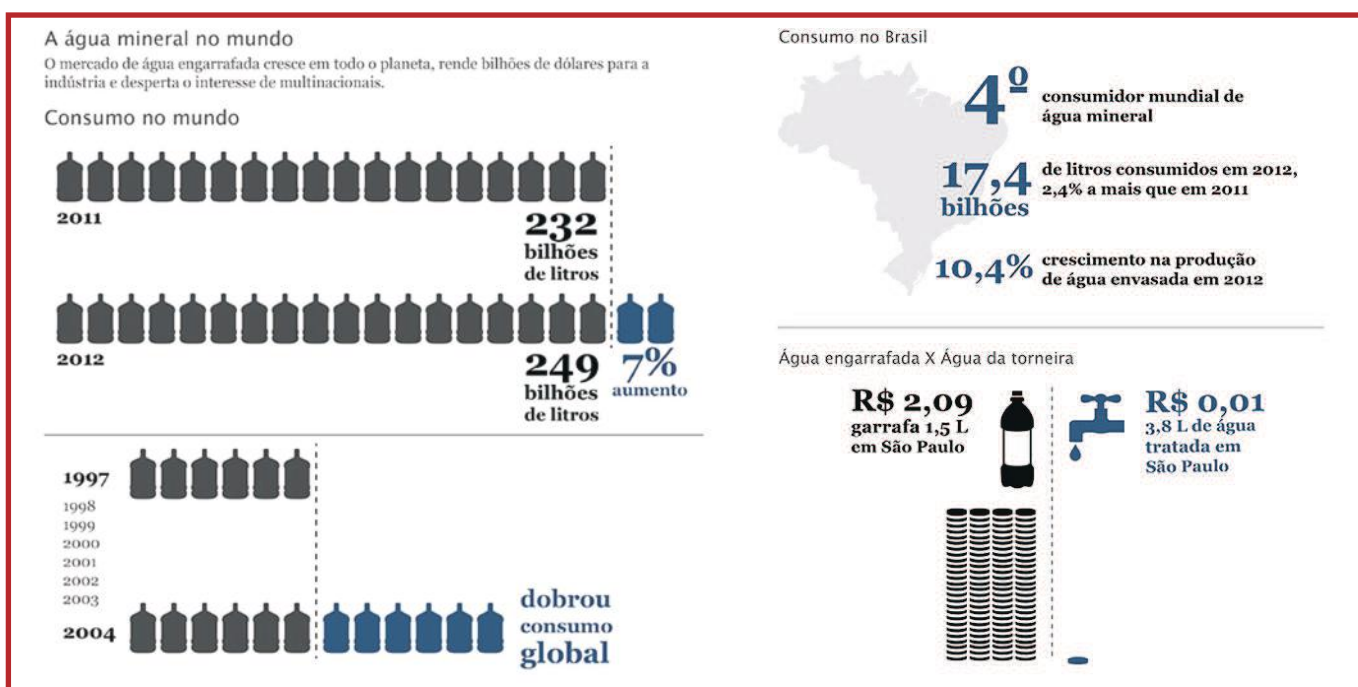
É impossível saber se a água envasada é de melhor qualidade do que a água da torneira, pois há muito pouca informação sobre o uso de recipientes plásticos. A água tratada também tem poluentes em um nível pouco conhecido, mas com certeza menor do que o da comida não orgânica. A grande diferença entre as duas é que a água envasada traz ainda mais problemas para o meio ambiente, pelo fato de gerar lixo, aumentar as emissões de carbono e envolver consumo de energia na sua produção.

Qual é a água que devemos beber? Responder a essa pergunta, que já é complicado atualmente, será ainda mais difícil para a próxima geração, por causa do aumento nos níveis de poluição no meio ambiente. Será que

morar no campo é garantia de encontrar água pura? Hoje isso já não acontece. No Brasil e em outros países, a qualidade da água em zonas de produção agrícola como as do Mato Grosso é bem ruim, devido ao uso intensivo dos agrotóxicos. Parece que o único caminho para salvar a água potável é o da cidadania. As melhores experiências para se obter uma qualidade de água razoável ocorrem quando os cidadãos participam da gestão da água, fiscalizando as empresas de tratamento e exigindo que as autoridades aumentem o orçamento para o recurso "água". Hoje, o monitoramento das concessionárias no Brasil é feito pelas agências de vigilância sanitária de cada estado. Mas até as empresas reconhecem que não há fiscalização. As autoridades não parecem ter vontade de aumentar o orçamento para saneamento, mesmo sabendo, há muitos anos, que isso é mais do que necessário para melhorar tanto a água e o meio ambiente quanto a saúde das pessoas.

Ainda é possível mudar as coisas. As soluções existem, só que custam caro. No mesmo estudo sobre a contaminação das garrafas de água com agrotóxicos e medicamentos, as

ONGs foram para regiões mais poluídas da França (nem toda a França é como Paris), onde os agrotóxicos chegam a níveis bem acima do permitido pela legislação, há muitos anos. A poluição obrigou as autoridades a investir em tecnologia de ponta para melhorar a qualidade da água. Conseguiram. Entre essas novas tecnologias estão nanofiltração, ultrafiltração, osmose reversa e tratamento com raios ultravioleta solares. Mas, para que os impostos sirvam a essa causa, a mobilização das pessoas é obrigatória. No Canadá, na Europa, no México ou na Bolívia, existem numerosos exemplos de como a população retomou o poder sobre a qualidade, o preço e, inclusive, a propriedade da água. Também é necessária a vontade política das autoridades para limitar o uso de produtos químicos no meio ambiente e aumentar o apoio à agricultura orgânica. E da ajuda de todos no momento das compras – um consumo consciente, que prefira produtos menos danosos ao meio ambiente, tanto na fabricação quanto na vida útil. Isso significa não trocar de celular a cada novo modelo ou deixar de beber três pequenas garrafas plásticas de água por dia.



Benefício tercei



ção e a receita médica ou odontológica dentro do prazo de validade. O procedimento é válido tanto para o titular, quanto para os dependentes. Em caso de medicamentos restritivos, que necessitem de análise técnica para liberação, é necessário que a solicitação seja feita diretamente à E-pharma, empresa operadora do serviço.

O benefício farmácia é extensivo a todos os usuários da AMS, inclusive os que participam do Plano 28. O único gasto que o beneficiário terá é com a contribuição mensal, que varia de R\$ 2,36 a R\$ 14,17, de acordo com a faixa de renda do titular. É através desse sistema mutualista que o benefício farmácia é subsidiado. “O empregado, o aposentado e o pensionista passaram a ter mensalmente um desconto fixo e individual em seu contra-cheque, independentemente da utilização”, ressalta o médico do trabalho, Rafael Albuquerque, um dos integrantes da equipe da AMS, que trabalhou na reformulação do benefício e agora

Desde o dia 31 de janeiro, os trabalhadores do Sistema Petrobrás, aposentados, pensionistas e seus dependentes já podem usufruir do novo benefício farmácia, que foi totalmente reformulado, após conquista da FUP e de seus sindicatos no atual Acordo Coletivo de Trabalho. “Sem dúvida, esse foi um dos mais importantes avanços da categoria, principalmente para nós, aposentados e pensionistas, pois temos um gasto muito maior com medi-

camentos”, ressalta Antônio Carlos Manhães de Abreu, um dos diretores do Departamento de Aposentados e Pensionistas do Sindipetro-NF.

Através do novo benefício farmácia, todos os titulares e dependentes da AMS (Assistência Multidisciplinar de Saúde) podem adquirir os mais diversos tipos de medicamentos a um custo zero no ato da compra. Basta apresentar na farmácia credenciada a carteira da AMS, documento de identifica-

Benefício farmácia arrazar pra que?

*Uma das maiores conquistas dos petroleiros da ativa e aposentados, que
chegam a economizar mais de R\$ 700,00 por mês*

Alessandra Murteira

tem percorrido o país, explicando à categoria como funciona o novo modelo.

Ele esclarece que o desconto é feito tanto para o titular, quanto para os seus dependentes, mas destaca que não há limitação de valores para compra dos medicamentos, nem listas fechadas. O médico, no entanto, alerta que a Petrobrás, através da AMS, fará auditorias esporádicas e notificará os usuários que efetuarem compras muito altas de medicamentos que não sejam de uso contínuo. "São mecanismos de segurança e de fiscalização para que haja um controle do benefício farmácia, no sentido de evitar o seu uso indevido", explica Rafael.

O médico avisa que todos os beneficiários terão que arquivar por algum período as notas fiscais e receitas médicas referentes aos medicamentos adquiridos. "As notas fiscais devem ser preservadas por até 90 dias após a compra e as receitas médicas durante 180 dias", esclarece. Para orientar a categoria sobre como utilizar corretamente o benefício, a FUP

disponibilizou uma série de informações em sua página na internet (www.fup.org.br), além de e-mail : beneficiofarmacia@fup.org.br e um telefone 0800 761 6238.

"GASTAVA R\$ 700,00 E AGORA SÓ PAGO R\$ 35,88"

Os trabalhadores da ativa e aposentados, que antes da reformulação do benefício farmácia recebiam reembolso de apenas metade do valor de determinados medicamentos, agora não precisam pagar mais nada, além do desconto fixo mensal, para qualquer tipo de remédio consumido, seja de uso contínuo ou não. Para quem recebe até R\$ 1.060,67, o desconto fixo individual é de R\$ 2,36, a contribuição mais baixa para o sistema mutualista que mantém o benefício. Os que recebem acima de R\$ 19.698,13, pagam o maior valor de contribuição: R\$ 14,17 por usuário.

Um petroleiro casado, por exemplo, cujo salário básico é de R\$ 3.636,58 e que gasta uma média de R\$ 400,00 por mês com medi-

camentos, passou a desembolsar somente R\$ 12,28, referentes aos descontos individuais de R\$ 6,14 para ele e sua esposa. Já quem tem um salário básico de R\$ 7.273,186, desconta R\$ 8,97 por cada beneficiário da AMS.

"Desde que passei a usufruir do novo benefício farmácia, já economizei mais de 90% com os gastos que eu tinha com medicamentos", revela o petroleiro aposentado, Francisco Antônio da Silva, 58 anos. Ele faz uso contínuo de produtos que tratam cardiopatia, diabetes e hipertensão e tinha uma despesa mensal em torno de R\$ 700,00. Com o novo benefício farmácia, esse valor foi reduzido para R\$ 8,97 referentes ao desconto fixo individual. "Como tenho três dependentes na AMS, pago um total de R\$ 35,88 por mês e, ainda assim, economizo mais 90% perto do que eu gastava antes com remédios. Só um dos medicamento que eu uso custa R\$ 380,00", explica.

Conquista da FUP, após uma década de luta



O custeio integral dos medicamentos é uma luta antiga dos petroleiros, que foi garantida na última campanha reivindicatória, após a greve de sete dias em outubro, conduzida pela FUP e seus sindicatos. A mobilização fez a Petrobrás avançar em reivindicações estruturantes para diversos segmentos da categoria, incluindo os trabalhadores terceirizados e os aposentados e pensionistas.

A reformulação do Benefício Farmácia foi uma das principais conquistas do Acordo Coletivo e já vinha sendo cobrada pela FUP e seus sindicatos na Comissão de AMS. "É uma luta de mais de dez anos. No Acordo Coletivo de 2005, garantimos o primeiro passo, que foram os descontos na compra dos medicamentos. De lá para cá, o benefício foi sendo aprimorado através da nossa pressão na Comissão de AMS e nas campanhas reivindicatórias, até conquistarmos na greve do ano passado o compromisso da Petrobrás em garantir medicamentos com custo zero, através de um sistema mutualista", explica Paulo César Martin, diretor da FUP, responsável pela Secretaria de

Previdência e Seguridade Social.

Além do custeio integral dos medicamentos, a reformulação do benefício farmácia ampliou o leque de atendimento aos usuários da AMS, que passaram a contar com uma série de serviços, como alertas através do celular sobre o horário correto de fazer uso do medicamento e entrega programada para reposição mensal dos medicamentos de uso contínuo. O usuário da AMS também será alertado sobre incompatibilidades de medicamentos receitados por diferentes médicos. "Estamos orientando os trabalhadores da ativa, aposentados e pensionistas para que ao utilizarem o benefício também fiscalizem e denunciem à FUP e aos seus sindicatos qualquer problema que ocorra neste início de funcionamento", destaca Paulo César.

Cobertura ampliou acesso a medicamentos complexos

Todos os medicamentos de uso contínuo para doenças crônicas são cobertos pelo novo benefício farmácia. A cobertura inclui remédios para hipertensão, diabetes (inclusive insulinas e outros

injetáveis), asma, hiper e hipotireodismo, controle de colesterol e triglicerídeos, doenças reumatológicas, psicopatias (depressão, fobias, ansiedade, etc), cardiopatias, doenças renais, hormonais, endocrinológicas, entre outras. Além disso, o benefício cobre medicamentos para tratamento de câncer e de suporte à quimioterapia, HIV, hepatites virais, insuficiência renal crônica, doenças imunobiológicas, anticoagulantes, bem como kits antitabagismo.

Medicamentos de uso esporádico também estão na lista de cobertura do novo benefício farmácia, como antibióticos, anti-inflamatórios, analgésicos, colírios, relaxantes muscular, antialérgicos, corticóides, entre outros produtos que não são de uso contínuo e, portanto, não tinham cobertura anteriormente. Somam-se a esses os contraceptivos, os injetáveis para tratamento da osteoporose (que custam em média R\$ 1.500,00), pomadas e cremes dermatológicos, entre outros medicamentos que também não eram cobertos pelo benefício.

No entanto, continuam de fora da cobertura medicamentos para emagrecimento, tratamento de infertilidade, reposição hormonal, disfunção erétil, vitaminas, remédios homeopáticos, manipulados e fitoterápicos, além de produtos de uso dermatológico para fins estéticos, de higiene pessoal e auxílio terapêutico. A FUP continuará cobrando na Comissão de AMS a ampliação do benefício para que possa cobrir os medicamentos que

Medicamentos que necessitam de análise técnica:

DIU hormonal (Mirena); oncológicos orais; medicamentos para hepatites virais (B e C); medicamentos para HIV; medicamentos para Insuficiência Renal Crônica; imunobiológicos orais e subcutâneos; anticoagulantes; análogos de GnRH; hormônio de crescimento; análogos de GLP-1 para Diabetes (Byetta e Victoza); medicamentos de suporte à quimioterapia; imunossupressores orais; Champix (antitabagismo); injetáveis para osteoporose; Kit Thyrogen (tireotropina recombinante para exame de pacientes com câncer de tireóide); analgésicos potentes.



ainda sofrem restrições.

A lista completa dos medicamentos cobertos pelo Benefício Farmácia pode ser visualizada na internet, acessando beneficio.epharma.com.br

Análise técnica: como proceder

Alguns medicamentos complexos e de alto custo, como por exemplo os que tratam câncer, hepatites virais e HIV, precisam de autorização e deverão ser submetidos a uma análise técnica. O prazo para liberação é de até 12 dias úteis. O usuário deve apresentar receita e laudos médicos, documentos de identificação e preencher e assinar os formulários disponíveis nos sites da FUP, AMS e da E-Pharma, empresa que opera o benefício farmácia. Os formulários também podem ser solicitados nos postos avançados da AMS, por fax ou correios. Logo após a autorização, o beneficiário será comunicado por avisos no celular, através de e-mail, fax ou correspondência. A partir de então, poderá efetuar a compra do medicamento ou solicitar o delivery.

A FUP está cobrando da Petrobrás que disponibilize nos postos avançados da AMS um serviço que facilite o acesso e preenchimento dos documentos exigidos pela análise técnica, de forma a atender principalmente os aposentados e pensionistas. Enquanto isso não ocorre, a orientação é para que os sindicatos auxiliem seus associados e demais petroleiros na utilização do benefício.

Compra direta, delivery ou reembolso?

Para utilizar o benefício farmácia, o usuário da AMS conta com diferentes canais de acesso aos medicamentos: compra direta nas farmácias credenciadas, sistema de entrega em domicílio (delivery) e reembolso para os produtos adquiridos fora da rede conveniada.

Compra direta – a operadora do benefício trabalha com uma rede credenciada que engloba 16 mil farmácias em todo o país. No Norte Fluminense, são 17 farmácias credenciadas em Macaé, 20 em Campos e 05 em Rio das Ostras. Na internet está disponível toda a rede credenciada, por estado e município (beneficio.epharma.com.br). É preciso apresentar na farmácia a carteira da AMS, documento de identificação com foto e assinatura, além da receita médica ou odontológica nominal ao usuário e dentro do prazo de validade.

Delivery – para solicitar entrega em domicílio, o beneficiário deve preencher e assinar o formulário para delivery, que pode ser acessado na internet, nas páginas da FUP, AMS e da E-pharma, ou nos postos avançados da AMS. O usuário tem que enviar o formulário à operadora, junto com as cópias da carteira da AMS, documento de identificação com foto e assinatura e a receita médica ou odontológica nominal ao usuário e dentro do prazo de validade. A entrega do medicamento será feita entre dois e quatro dias úteis após o pedido. O beneficiário também pode solicitar a entrega programada, através da qual receberá durante seis meses o refil do medicamento de uso contínuo. Se o medicamento for controlado, a aquisição deverá ser feita necessariamente em farmácia, já que é obrigatória a apresentação da receita médica no estabelecimento.

Reembolso - outra opção é o reembolso do medicamento, se for adquirido em farmácias não credenciadas. O beneficiário receberá em até sete dias úteis em sua conta corrente o valor integral da nota fiscal. Para isso, é preciso preencher e assinar o formulário de reembolso, que pode ser acessado na internet, nas páginas da FUP, AMS e da E-pharma, ou nos postos avançados da AMS. O usuário tem que enviar o formulário à operadora, junto com as cópias da carteira da AMS, nota ou cupom fiscal dentro do prazo de validade, documento de identificação com foto e assinatura e a receita médica ou odontológica nominal ao usuário e dentro do prazo de validade.

A história recente do Dieese no Sindipetro-NF

Enfoque atual são nas atividades de pesquisa, tanto relativas à categoria petroleira, quanto à sociedade e economia do Norte Fluminense

Desde que se estabeleceu no Sindipetro-NF, a subseção do Dieese tem realizado atividades de pesquisa, assessoria, comunicação e formação junto à Direção Sindical e à categoria petroleira. Todavia, ao longo do tempo, o enfoque e a forma de atuação da subseção se transformaram significativamente. Inicialmente, ainda em processo de implantação e adaptação das demandas dos diretores do sindicato, a subseção atuou em uma pauta mais corporativa, com temas de interesse da categoria petroleira. Desta forma, estabeleceu como sua principal atribuição a assessoria às negociações de acordo coletivo das empresas do setor privado, além de contribuir com as atividades de formação (cursos, congressos etc.) e comunicação.

No entanto, nos últimos anos, a subseção, acompanhando as demandas da direção do sindicato, tomou outra direção, buscando ampliar sua atuação e dar maior enfoque às atividades de pesquisa, tanto relativas à categoria petroleira, como à sociedade e economia do Norte Fluminense. Para atender a essa nova demanda, a subseção aumentou seu corpo técnico e incorporou um conjunto de novos estudos e pesquisas. Em primeiro lugar, a subseção implementou a Pesquisa Nacional da Cesta Básica, em Macaé, um levantamento de preços de doze produtos básicos de alimentação que permite alcançar três resultados: i) o valor médio de uma cesta básica mensal para a população macaense (incluindo os doze produtos) – suficiente para garantir as condições mínimas de sobrevivência de um indivíduo; ii) o gasto de um trabalhador para adquirir tais bens e; iii) as horas de trabalho necessárias ao indivíduo que ganha um salário mínimo para a obtenção dos mesmos. Em segundo lugar, a subseção iniciou a realização de dois boletins de produção de hidrocarbonetos na Ba-

cia de Campos. Um primeiro, de periodicidade mensal, que traz, resumidamente, as principais informações da produção de petróleo e gás da Bacia de Campos em determinado mês. Um outro, de periodicidade trimestral, que fornece dados mais abrangentes sobre a produção de petróleo na região, detalhando-a por empresa, campos de produção e plataformas.

Essas pesquisas permitiram à subseção uma maior inserção nos meios de comunicação locais (TV, rádios e jornais). Além de entrevistas para divulgação das pesquisas realizadas, esses veículos já têm buscado a subseção para discutir temas da economia local, como programa de renda mínima, inflação etc. Com efeito, além do trabalho já feito com a comunicação do sindicato (boletins e web radio), essa nova forma de inserção com a mídia local abriu um espaço para diálogo com a sociedade por meio das pesquisas realizadas pela subseção do DIEESE.

Além das atividades de pesquisa, a subseção também se inseriu em debates nacionais do setor de energia, como: os investimentos em campos de terra, exploração do gás de xisto entre outros. Os estudos e apresentações sobre esses temas subsidiaram a atuação dos dirigentes sindicais e permitiram a maior qualificação dessas discussões para categoria petroleira. Por fim, vale ressaltar que os trabalhos de assessoria foram mantidos, embora com menor ênfase que anteriormente.

No futuro próximo, a objetivo é manter a estratégia de ampliar as áreas de pesquisa, tanto sobre o custo de vida na região, como do setor petróleo. Além disso, pretende-se focar as atividades de assessoria em temas mais nacionais, como as questões dos leilões de petróleo e de terceirização do setor.

* Economista do Dieese/Sindipetro-NF

O homem sofre

Formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1990, Sílvia Jardim queria se dedicar à neurose obsessiva. Mas acabou por se transformar em uma das mais importantes estudiosas do país sobre saúde mental do trabalhador. Tudo por conta do que seria uma simples tese de mestrado (Processo de Trabalho e Sofrimento Psíquico no Caso dos Pilotos do Metrô Carioca), resultado de sua primeira experiência profissional. Pelo ineditismo e aprofundamento, o trabalho foi qualificado como tese de doutorado. Orientada pelo professor João Ferreira da Silva Filho, que acabara de assumir a coordenação do curso de pós graduação em psiquiatria e promover uma verdadeira revolução no departamento, tornou-se doutora. Atualmente é coordenadora do Programa de Atenção Mental dos Trabalhadores (PRASMET/IPUB/UFRJ), cargo herdado do guru e amigo João Ferreira, morto precocemente em 2008, aos 59 anos. Para entender melhor sobre saúde mental dos trabalhadores, a Revista Imagem esteve na UFRJ para conversar com Sílvia Jardim, que último dia 25 de março participou da mesa redonda Trabalho e Doença Mental, promovida Sindipetro-NF.

Carlos Monteiro

Revista Imagem - Como a senhora analisa a questão da saúde mental do trabalhador, de um modo geral, e dos petroleiros particularmente?

Sílvia Jardim - O trabalho tem sido desconsiderado nos modelos hegemônicos, quando se trata dos processos de saúde e doença. Quer seja saúde física ou mental. Por isso, tendem a não nos ensinar, na escola, a importância do trabalho para o indivíduo ou para a sociedade. O modelo hegemônico é o modelo biomédico, onde se vê as causas da doença como uma causa natural. Tudo decorre de germes, de alterações fisiológicas, do envelhecimento. É tudo natural, não se vê a saúde e a doença como processos sócio-históricos. Sobre os petroleiros, é um processo de trabalho que produz uma categoria de trabalhadores que traz todas as questões da contemporaneidade. Junto com ela vêm também os transtornos por estresse pós-traumático, pelo confinamento, pelo trabalho off-shore, pelo despatriamento, pelo repatriamento. O campo da saúde mental do trabalhador é multi e interdisciplinar. Portan-





“A Organização Mundial de Saúde (OMS) prevê que em 2020, a maior causa de indivíduos com incapacidade de dias vividos será devido à depressão”

Médica psiquiatra, Sílvia Jardim

Fotos Luiz Bispo

to, a categoria dos petroleiros tem responsabilidades enormes, como a de se pensar como categoria, a de se responsabilizar pela sua própria luta. Os petroleiros podem ser, por toda esta complexidade e novidade, um paradigma para o estudo da saúde mental dos trabalhadores.

Imagem - Segundo seu estudo, a ordem individual e a ordem social estão entrelaçadas em torno do trabalho e quando este entrelaçamento se esgarça o valor simbólico do trabalho se deteriora. Quais fatores são determinantes para o laço entre a ordem individual e a social se deteriorarem?

Sílvia - Nosso sonho é acabar com o conflito. Mas isso é impossível. O conflito está dentro de cada um, está dentro de nós. O sujeito vive dividido entre o inconsciente e o princípio de realidade. O principal fator para este esgarçamento é o desprestígio que o trabalho tem atualmente. Hoje já não é tão nobre se dizer que é um trabalhador. Tanto que no mundo

corporativo não se fala mais os funcionários, os empregados, os trabalhadores, usa-se os colaboradores. É politicamente correto, no sentido pejorativo da expressão, porque esconde exatamente o laço, o vínculo empregatício que ninguém mais quer dar. Ou seja, o capital não se responsabiliza por responder pelo trabalho. É nisso que está o determinante, no chamado neoliberalismo. O grande fator, o determinante, é essa não responsabilidade do capital no que diz respeito ao trabalho.

Imagem - O Sindipetro-NF conquistou vitórias importantes na questão da segurança do trabalho, como a maior visibilidade ao direito de recusa, consagrado pela OIT. O que é, especificamente, o direito de recusa e o que ele pode representar para a segurança mental dos trabalhadores?

Sílvia - O direito de recusa dá ao trabalhador a opção de ele se recusar a executar uma tarefa para qual não se sinta seguro. Por exemplo, se o trabalhador achar que o local onde terá de exercer a sua função não lhe garante a segurança

necessária, ele pode se recusar a trabalhar. Um médico, por exemplo, pode se recusar a atender, em uma emergência, se julgar que ela não oferece condições. Esse direito já existia, mas precisou da luta da categoria organizada para garanti-lo. O direito de recusa é uma forma de tirar o trabalhador da condição de vítima e, ao mesmo tempo, responsabilizá-lo de uma forma positiva. Quando o sujeito tem o direito de recusa garantido é porque existe uma categoria por trás. A importância disto para saúde mental é no sentido de que torna tanto a categoria organizada mais responsável quanto o próprio trabalhador, no exercício do seu trabalho e da sua subjetividade. Politiza. Torna mais político, e neste sentido, torna mais forte o laço com o trabalho, o fato de ele poder dizer não. É uma sustentação coletiva para o não individual. O direito a recusa reforça o trabalhador como um sujeito responsável por si e pelo outro. Vai na contramão dessa tendência de o trabalhador ser vítima, de se submeter servilmente, sem consciência própria.

Imagem - Quais as principais mudanças comportamentais ocorridas com os petroleiros, após o acidente com a P-36, que vitimou onze trabalhadores?

Silvia - Acompanhei à distância, mas este ocorrido teve até a ver com minha participação na mesa redonda promovida pelo Sindicato. É preciso lembrar para poder esquecer, para tratar o trauma. Um trauma individual e coletivo. Este acidente tem uma função simbólica importante que é a de resgatar essas memórias. Por exemplo, tem tudo a ver com o direito à recusa. Foi uma ferida importante para a Petrobras e todas as empresas envolvidas e para o povo de Macaé. A importância é exatamente a do resgate desta memória, no que diz respeito ao luto e a sobrevivência a ele; à melancolia e ao adoecimento proveniente dela. Foi no auge do neoliberalismo, quando o sindicato estava muito confrontado na sua combatividade, fim de FHC. Acho importante lembrar um acidente como este para também que os trabalhadores saiam da condição de vítima para assumir a função de um agente de transformação.

Imagem - Que medidas devem ser tomadas para evitar o adoecimento no campo da saúde mental, que acomete os trabalhadores de um modo geral?

Silvia - O importante é sair da condição de vítima e se tornar um agente de transformação. Maior politização, resgate e inovação no campo político. Não há outro jeito se não brigar, com a categoria organizada. Não pode achar que vai cair do céu. Não vai! Não vejo outra saída. Não podemos, de

forma alguma, achar que o outro lá (patrões) vai ser bonzinho? Não podemos ser ingênuos. Somente com organização, nos responsabilizando com as nossas lutas, é que conseguiremos alterar a situação.

Imagem - Mais do que equívocos no projeto da P-36, o acidente ocorrido, segundo o Sindipetro-NF, revelou também a precarização nas relações de trabalho. Concorde com esta afirmativa? Se sim, que precarizações são estas e de que forma ela afeta os trabalhadores?

Silvia - Sim, concordo. Terceirização, subcontratação,

internacionalização das relações de trabalho, tudo isso deixa as relações de trabalho precárias. Quer ver um exemplo: a primeira coisa que as conveniadas da Petrobras fazem é mandar trabalhador brasileiro embora quando há escassez de postos de trabalho na Europa, para contratar mão de obra estrangeira, mesmo estando a empresa a atuar no Brasil. Esse é um tipo de precarização nas relações de trabalho que implica em redução salarial, em excesso de reserva de mercado, em insegurança, que gera doença mental. Sem contar que a ameaça de desemprego impõe menos margem de manobra para a categoria e para os



trabalhadores individualmente. A precarização das relações de trabalho diminui o poder de barganha da categoria. Isso é matemático. Do lado de cá, dos trabalhadores, temos somente o trabalho. Por isso é importante que a categoria esteja organizada.

Imagem - Quais seriam hoje as principais reflexões a serem feitas sobre a política de saúde mental e sobre a de segurança implementadas pelas empresas da indústria de petróleo?

Silvia - As empresas de petróleo, são, por serem muito grandes e muito ricas, bastante fiscalizadas. No mundo e aqui no Brasil também. Mas é fácil perceber o quão não é suficiente. O quanto há de falhas. Basta ver o tamanho dos acidentes que têm acontecido. Tanto acidentes que afetam a natureza quanto acidentes que afetam plataformas, como a P-36, por exemplo. Acho que as políticas de proteção à saúde dos trabalhadores no setor de petróleo ainda são muito precárias. E mais, o caso é emblemático porque deveria ser uma questão de segurança da saúde do planeta. Todo mundo é trabalhador, na melhor das hipóteses. O que estamos fazendo? Hoje é importante que todos repensem o que fazem aqui. E o setor petrolífero é uma categoria muito importante para se pensar as políticas de saúde mental no mundo. Porque nós vivemos em um mundo onde as pessoas não ficam mais estáticas, como antes, elas saem do lugar de origem. Vão trabalhar em lugares diferentes e mudam rapidamente desses locais. Elas são nômades

“ No mundo corporativo não se fala mais nos funcionários, empregados, trabalhadores, usa-se os colaboradores. É politicamente correto, no sentido pejorativo da expressão, porque esconde exatamente o laço, o vínculo empregatício que ninguém mais quer dar. ”

Médica psiquiatra, Silvia Jardim

globais. Tendemos a isso. Esta talvez seja uma certa resposta à internacionalização do capital.

Imagem - Quais as profissões mais vulneráveis às doenças mentais e por quê?

Silvia - Enfermagem, os trabalhadores em processos de trabalhos perigosos, (caso dos petroleiros), profissionais dos transportes e trabalhadores off-shore. Além disso, é bom lembrar que a reestruturação produtiva, com a constante precarização das relações de trabalho, transformou-se em fator de risco para qualquer setor.

Imagem - Que fatores a levam a crer que o adoecimento mental dos trabalhadores tenha assumido números que comprovam uma epidemia?

Silvia - São dados da Organização Mundial de Saúde (OMS). Ela prevê, desde 2002, que, em 2020,

portanto daqui a seis anos, a maior causa de indivíduos com incapacidade de dias vividos será devido à depressão. Maior número de dias vividos com incapacidade tem a ver com não poder trabalhar. Neste sentido, os transtornos mentais, como depressão, por exemplo, serão os maiores responsáveis por esta incapacidade dos indivíduos. Isso já está previsto pela OMS. A longevidade da humanidade está aumentando e as condições de vida da população, deteriorando. Ou seja, cai a qualidade de vida dessas populações. A morbidade e a mortalidade resultantes da violência estão aumentando exponencialmente. As pessoas estão vivendo mais porque conseguem tratar melhor as suas doenças crônicas degenerativas, no entanto, a incapacidade decorrente da violência e da violência no trabalho, tanto pelos riscos nos processos de trabalho quanto pelas condições precárias, aumentam.

Macaé

terra vermelha

Documentos do DOPS preservados no Arquivo Público do Estado revelam como a polícia investigava os comunistas no Norte Fluminense durante a década de 1940 e no período pós-1964

Guilherme Póvoas

Macaé, 2 de janeiro de 1970: o ano começava quente na caça aos comunistas da cidade. Nesse dia um tenente e um capitão do Forte Marechal Hermes foram até a estação ferroviária da cidade. Questionavam a polícia local sobre três "elementos terroristas" que moraram, por 14 dias, no número 312 da Rua do Sacramento, no Centro, antes de desaparecerem. Ainda que tivesse perdido a chance de fazer a grande prisão de seu currículo, o então chefe do Destacamento Policial de Macaé segurava um resto de esperança: "As autoridades militares estão esperando que eles (terroristas) voltem a

Macaé, uma vez que deixaram aqui alguns amores."

Esta história é descrita em relatório confidencial enviado pelo Setor de Segurança do Posto Policial de Macaé para o chefe do Destacamento Policial de Campos dos Goytacazes. O documento de duas páginas revela não só a falha da polícia na investigação aos "elementos terroristas" mas também dá ideia de como funcionava a caça a suspeitos subversivos em Macaé.

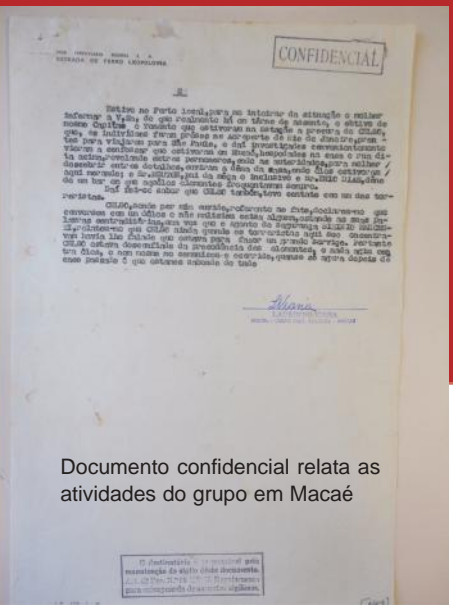
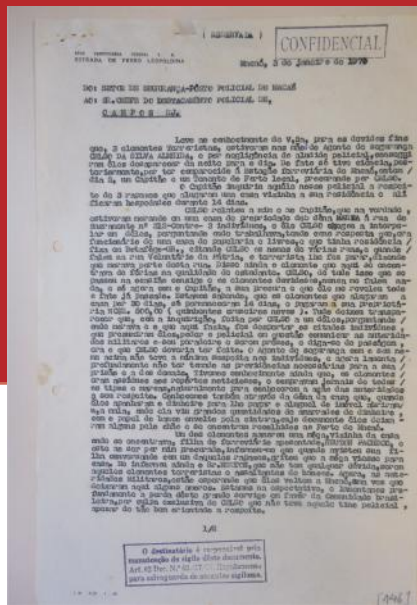
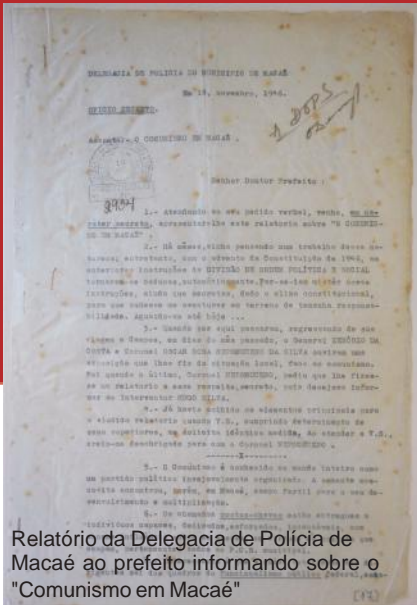
A revista Imagem teve acesso a mais de 50 relatórios do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) relativos ao município. Os documentos, preservados no Arquivo Público do Estado, jogam luz sobre a sistemática perseguição

a militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) não só durante o período da ditadura militar -- em 2014 se completa meio século desde o início do golpe --, mas principalmente nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Da década de 1940, esses relatórios enviados pela Delegacia de Macaé à sede do DOPS no Estado do Rio, em Niterói, trazem nomes de 63 homens que efetuavam "atividades comunistas" na cidade do Norte Fluminense e nos distritos ao redor, como Quissamã e Carapebus. À época, esta região toda, predominantemente rural, contava com menos de 60 mil habitantes.

No dia 18 de novembro de 1946,





Documento confidencial relata as atividades do grupo em Macaé

um ano antes do PCB perder seu registro enquanto partido oficialmente constituído, o então delegado de Macaé, Jorge Aquino, enviou o que ele mesmo chamou de "ofício secreto" ao prefeito da cidade, Alvaro Teixeira de Assunção. O documento, de oito páginas, traz detalhes -- como endereço, profissão e atividades políticas -- de 15 comunistas de Macaé. Diz o relatório:

"Senhor doutor prefeito: atendendo o seu pedido verbal, venho, em caráter secreto, apresentar-lhe este relatório sobre o comunismo em Macaé... O comunismo é conhecido no mundo inteiro como um partido político invejavelmente organizado. A semente moscovita encontrou, porém, em Macaé, campo fértil para o seu desenvolvimento e multiplicação."

Entre os nomes citados pelo documento, que também foi destinado à sede do DOPS estadual, está, por exemplo, Sydney Vasconcelos Aguiar. Professor de educação física, seu nome é recorrente nos relatórios da repressão da década de 1940. O documento da Delegacia de Polícia de Macaé aponta Sydney como

"doutrinador por excelência" e conta que ele foi "expulso da Aeronáutica" enquanto era sargento depois da Intentona Comunista, em 1935.

Antigo militante de Macaé, Valdir Tavares, hoje com 84 anos, foi aluno de Sydney Aguiar em Glória Matias Neto. "Ele era muito íntegro, uma pessoa formidável", relata Tavares. "Eles (policiais) tachavam todos de comunistas", completa.

Sydney Vasconcelos Aguiar chegou a concorrer em eleições no primeiro metade do século passado. Pelos documentos do DOPS, o professor atuava como "secretário de célula" do partido comunista. Um exemplo da perseguição sofrida por Sydney é o fato de ele ter perdido seu emprego enquanto professor de Educação Física justamente por sua militância política. Sydney morou durante um tempo na Glória, bairro que hoje tem uma rua com seu nome.

COMUNISTAS DA DÉCADA DE 1940: OS PRECURSORES

Muitos dos militantes do PCB do Norte Fluminense perseguidos

durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e ao longo da gestão do presidente-general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) acabaram sofrendo uma repressão muito maior anos depois, com o golpe civil-militar de 1964. Porém, nesse meio tempo, as fileiras comunistas de Macaé receberam novos adeptos.

"Os militantes da década de 1940 foram nossos professores", lembra Lauro Martins, hoje integrante da Comissão da Verdade de Macaé. Durante o governo de Gaspar Dutra, Lauro ainda era muito jovem. Porém, no golpe militar, já fazia parte da diretoria do Sindicato dos Ferroviários, entidade que, no município, tomou a frente no combate à ditadura.

"Sidney Aguiar, por exemplo, era meu professor de Educação Física", recorda Martins. "E eu também participava de encontros na casa dele, onde assistíamos a filmes sobre a China comunista", completa o ferroviário.

Martins aponta diversos nomes que estão listados nos documentos do DOPS guardados no Arquivo Público do Estado e que, no período pós-1964, seguiram à frente das



Ato político de descomemoração do Golpe Militar de 64 realizado no dia 31 de março, na Associação dos Ferroviários Aposentados e Pensionistas de Macaé. Da esq. p/dir. Ivânia Ribeiro, ao microfone Lauro Martins, o vereador Marcel Silvano (PT) e o diretor do Sindipetro-NF, Valdick Oliveira.

colunas vermelhas macaenses. Aristóteles de Miranda Melo é um deles. Hoje nome de rua no Parque Aeroporto, o ex-deputado estadual comandou greves junto aos ferroviários. "Ele organizava o partido em Macaé", lembra Martins.

Nos arquivos do DOPS, Miranda Melo é rotulado como "propagandista" da causa socialista. Um relatório da Delegacia de Polícia de Macaé da década de 1940 informa que Miranda Melo morava no Cajueiros e organizava reuniões políticas em sua casa.

Outro militante que enfrentou perseguição em diferentes governos foi Constancio de Oliveira. Apontado pelo DOPS como "simpatizante" do PCB na primeira metade do século passado, ele chegou a ser preso durante o regime militar. Diante desse cenário, até mesmo antigos socialistas do Norte Fluminense compreendem o trecho do documento do DOPS que classificava a cidade do Norte Fluminense como "campo fértil para o desenvolvimento e multipli-

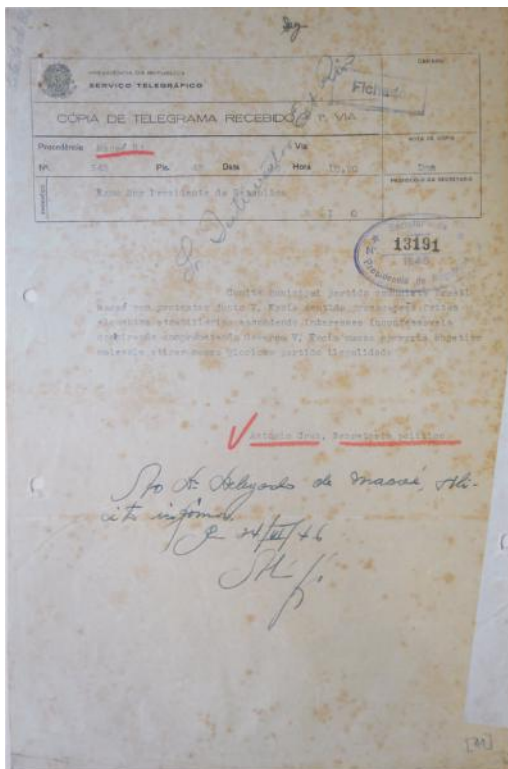
cação" da causa comunista. "Não à toa Macaé era chamada de Moscouzinha", expõe Martins.

PCB denunciou a general "provoações" da polícia

Em junho de 1946, entrou no registro de protocolo da Presidência da República, comandada já pelo general Eurico Gaspar Dutra, um telegrama assinado por Antonio Cruz, secretário político do Partido Comunista do Brasil em Macaé. Nas linhas do documento, uma grave denúncia, que explicitava também o tanto de coragem dos militantes socialistas da cidade. O comitê municipal da sigla reclamava de "provoações feitas" por "elementos atrabiliários" que comprometiam o governo federal e conspiravam contra os trabalhadores. Em outras palavras: o telegrama relatava que a polícia macaense se voltava aos operários, fazendo provoções contra eles com o objetivo de "atirar nosso glorioso partido na ilegalidade".

Da mesa do presidente da República, o telegrama foi expedido para a sede do DOPS no estado do Rio, diretamente ao gabinete do delegado-chefe da instituição, Alvim de Souza. Em seguida, o comunicado foi repassado para a Delegacia de Polícia de Macaé, alvo da denúncia. E, para completar o ciclo, o então delegado na cidade, Italo Baroni, respondeu da seguinte forma, por meio de ofício, à chefia do DOPS:

Esta delegacia "desconhece qualquer provoação feita por elementos atrabiliários no seio dos operários desta cidade, sendo portanto improcedente as alegações constantes do telegrama do Comitê Municipal do Partido Comunista do Brasil em Macaé, dirigido ao Exmo. Sr. Presidente da República." As autoridades do Norte Fluminense tomaram a denúncia, feita diretamente a Gaspar Dutra, como um ato de ousadia. E a consequência direta pode ter sido um recrudescimento na já violenta repressão e investigação sobre as



Telegramas enviados pelo PCB

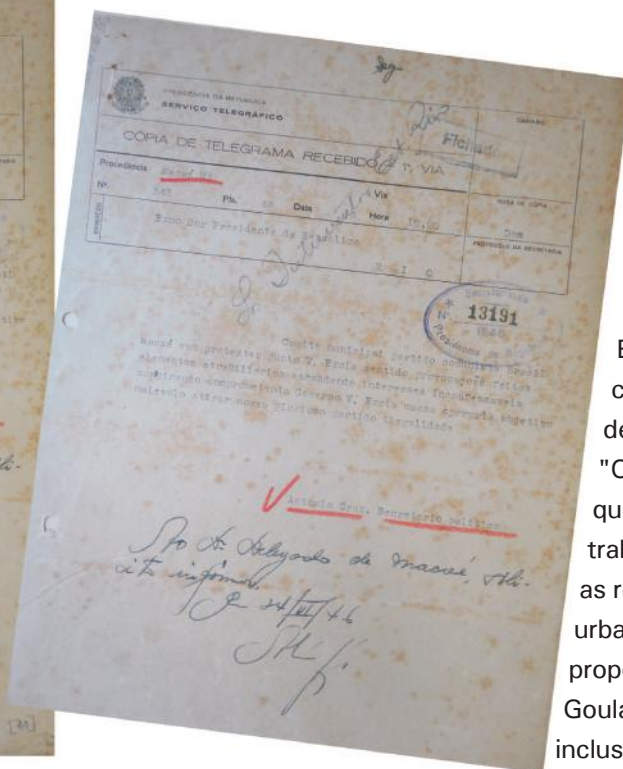
atividades políticas dos militantes. De qualquer forma, o telegrama do PCB macaense já previa o cancelamento do registro do partido. Um ano depois, o Tribunal Superior Eleitoral colocava na ilegalidade a sigla em todo o Brasil e, em seguida, cassava os mandatos dos parlamentares comunistas. Era uma resposta à força crescente do PCB. Em 1945, o partido obteve 10% dos votos na eleição presidencial e elegeu 14 deputados -- entre eles o escritor Jorge Amado. Além disso, no Senado estava o líder Luis Carlos Prestes. Em paralelo, pesava sobre a sigla a acusação de que os comunistas agiam todos sob a orientação da União Soviética, e seguiam assim interesses internacionais e não os do próprio país.

Comissões buscam elucidar os anos de chumbo

As cópias digitalizadas dos docu-

26

Imagem



mentos encontrados no Arquivo Público do Estado pela revista Imagem serão repassadas à Comissão da Verdade de Macaé. Este grupo, que tomou posse em agosto do ano passado, acompanha o mesmo objetivo de centenas de outras comissões criadas no Brasil nos últimos anos: desencavar as verdades escondidas durante a repressão militar. "Esse material será muito importante para aprofundarmos nossa pesquisa", expõe Lauro Martins, integrante da comissão municipal. Em âmbito estadual, a equipe que investiga o período da ditadura militar brasileira criou um grupo de trabalho sindical. Isso porque, conforme comprova os documentos do DOPS relativo a Macaé até mesmo na década de 1940, a repressão caía primeiro sobre os trabalhadores.

"Depois do golpe civil-militar de 1964, quem sofreu as consequências imediatas foram os operários, pois o golpe logo atacou sindicatos, que eram os inimigos

que apareciam logo de frente", conta o sindicalista e fundador da Central Única dos Trabalhadores, Geraldo Cândido. Ele comanda o GT sindical da Comissão da Verdade do Estado e destaca a importância dos trabalhadores nas décadas de 1960 e 1970. "Os operários, e os sindicatos que representavam esses trabalhadores, apoiavam muito as reformas de base -- agrária, urbana, educacional, bancária -- propostas pelo presidente João Goulart. Essas propostas eram, inclusive, dos sindicatos, e foram encampadas por Jango", completa Cândido.

As histórias que eclodiram a partir de 1. de abril de 1964 passaram a ser aprofundadas. E muito material, até então desconhecido, foi revelado. "Macaé ainda tem muito desse período vivo, buscamos que essas verdades venham à tona para informar as novas gerações", diz Admar Brandão de Miranda, o Mazinho, filho de Aldino Moreira de Miranda, o histórico Dandão, outra liderança dos ferroviários durante a repressão.

O vereador macaense Marcel Silvano (PT), que também faz parte da Comissão da Verdade do município, destaca a importância de revelar passagens ainda não registradas sobre a trajetória do país. "Temos a responsabilidade histórica de não deixar nossos jovens sem conhecer todos os crimes da ditadura. O futuro do Brasil, da democracia, depende da abertura das verdadeiras histórias de um dos momentos mais difíceis do povo brasileiro."



Idade da arte

Aposentados e pensionistas se redescobrem artistas em curso promovido pelo Sindipetro-NF

Vitor Menezes

Uma mostra permanente de quadros celebra, na delegacia sindical do Sindipetro-NF em Campos dos Goytacazes, os resultados de quatro edições do curso de pintura promovido pelo Departamento de Aposentados da entidade. Neste ano, 25 trabalhos resultaram da dedicação de alunos durante um mês de aulas entre telas e pinceis, a partir de 21 de

fevereiro.

Reunidos para um encontro com a reportagem da revista Imagem, no início de abril, os novos artistas Paulo Roberto Pereira, 63, Maurílio Pereira dos Santos, 59, e Silvana Silva Viana Sousa, 54, mostraram com orgulho os seus quadros e destacaram que, além da arte, a grande contribuição do curso é promover a integração entre

aposentados, pensionistas e seus cônjuges.

Paulo Roberto, que se dedicou a uma tela com uma paisagem mexicana, fez o curso pela segunda vez e afirma que as aulas começam a dar resultado até mesmo fora do sindicato, com a manifestação de interesse para projetos semelhantes e exposições em outras entidades e instituições. Maurílio Pereira, que há apenas três anos ainda vivia no cenário das plataformas da Bacia de Campos, agora leva a vida com tempo para as paisagens da arte. Ele fez o curso junto com a esposa, Cristina Ribeiro, e ambos têm trabalhos na exposição.

“Não tinha a menor experiência com pintura em tela. Minha esposa é que insistiu. Eu achava que não saberia fazer, mas acabei conseguindo. É muito gratificante”, disse Pereira.

A aluna Silvana Silva destaca o incentivo que é proporcionado pelo ambiente de grupo. “O bom é que um estimula o outro, faz um elogio, ajuda”, diz.

A professora Maria da Penha Silva Santos, 60, explica que mesmo quem nunca fez uma pintura em tela é capaz de realizar um trabalho. Inicialmente, no entanto, os alunos começam a atuar sobre uma tela pré-desenhada, até ganhar segurança com o pincel. Como na música, os aprendizes dão os primeiros passos como “cover”, cantando obras de

artistas consagrados. Mas, com o tempo, poderão desenvolver voos autorais.

Os trabalhos no curso são coordenados pelos diretores do sindicato que atuam no Departamento de Aposentados, Francisco Antônio de Oliveira, o Chicão, e Antônio Carlos Manhães, o Tônico. O curso de pintura está entre os vários ligados às artes que foram promovidos nos últimos anos pela entidade, que também reúne quinzenalmente os aposentados e pensionistas, nas sedes de Campos e de Macaé, para discutirem as lutas da categoria.



Trabalho e Desgaste mental

O silêncio do trabalhador pode levar ao adoecimento físico e mental, afirma a pesquisadora Edith Seligmann-Silva

Fernanda Viseu

Com o auditório da sede de Macaé lotado, a diretoria do Sindipetro-NF promoveu na noite do dia 26 de março, a mesa redonda com as médicas psiquiatras, Edith Seligmann-Silva (USP) e a Silvia Jardim (UFRJ). Na abertura do evento, o Coordenador do Sindipetro-NF, José Maria Rangel, relembrou que "o acidente com a P-36 foi um marco na luta dos trabalhadores do setor petróleo por mais saúde e segurança. Na época do acidente o Sindipetro-NF tinha apenas cinco anos de existência. De lá para cá percorremos um caminho de muitas conquistas. Naquela época tínhamos 24 cláusulas no ACT que tratavam desse tema, hoje já são 43 cláusulas". **Zé Maria citou** algumas das principais conquistas na área como o anexo 2 da NR-30, o Direito de Recusa, a participação do sindicato nas investigações de acidentes, nas reuniões das Cipas por plataforma e nas fiscalizações dos órgãos como SRTE, IBP e ANP. Rangel também informou que como membro do Conselho de Administração da Petrobras conseguiu que essa instância da empresa passasse a discutir questões ligadas ao trabalhador. **Um alerta** foi feito pelo sindicalista de que atualmente a segunda maior causa de afastamentos na

Petrobrás são os problemas de saúde mental. "Essas seqüelas não são reconhecidas pelo empregador e são fruto da produção a qualquer custo".

A Doutora Edith Seligmann-Silva (USP) disse ser uma infâmia esse não reconhecimento do adoecimento, porque se trata de uma resposta do corpo humano aos choques que ele recebe. "Se o trabalhador silencia de maneira continuada é muito fácil surgir problemas de nível físico e mental. Isso porque ele é obrigado a ficar calado quando está sendo explorado. Muitas doenças têm raiz nas tensões emocionais" – disse.

Seligmann sugeriu aos trabalhadores não permitam que as pressões levem ao individualismo e ao isolamento, porque só através da luta conjunta e da união é que podem reverter essa situação.

Silvia Jardim fez sua apresentação com base no filme "A vida secreta das palavras", que trata da vida de uma industriária que acaba trabalhando como enfermeira numa plataforma, para cuidar de um queimado

temporariamente cego.

Para Silvia, "os petroleiros vivenciam um processo de trabalho que produz uma categoria de trabalhadores que traz todas as questões do mundo moderno. Em consequência, esse trabalhador sofre com transtornos por estresse pós-traumático, confinamento, trabalho offshore, outros pelo despatriamento ou repatriamento". Silvia afirma que os petroleiros tem responsabilidades enormes, como a de se pensar como categoria, a de se responsabilizar pela sua própria luta. Por isso podem ser um paradigma para o estudo da saúde mental dos trabalhadores.

Essa atividade marcou 13 anos da passagem do acidente ocorrido com a P-36 que causou a morte de 11 petroleiros depois de uma série de explosões, no dia 15 de março e que se tornou um marco na luta da categoria petroleira por condições seguras de trabalho.



Metodologia da opinião

Vitor Menezes

Natércio é um petroleiro crônico. E tem críticas severas a fazer sobre a Petrobras. Mas desde que sejam atendidas três condições: a primeira é a de que somente ele pode fazê-las, a segunda é a de que jamais serão em público, e a terceira é a de que fica tacitamente estabelecido que ele pode mudar de opinião a qualquer momento, dependendo do interlocutor.

Para nosso herói, estes critérios são muito nítidos, mas mesmo assim muita gente não entende. Cansado de ser pego em aparentes contradições, na oscilação provocada pelas razões do coração, nem sempre em sintonia com as razões da mente, Natércio decidiu elaborar um documento para deixar muito claro o seu entendimento do que seja a por ele criada "metodologia de posicionamento dinâmico em relação aos temas da empresa Petróleo Brasileiro S.A."

Foram cinco páginas de argumentos, destinados "a quem interessar possa", que relacionam as "bases para elaboração de pontos de vista" sobre a companhia, que têm como premissa as três condições mencionadas.

Depois de rascunhado em madrugada insone no camarote, Natércio deu redação final ao documento no primeiro dia de desembarque. E procurou o cartório de registros para tornar oficiais as folhas zelosamente digitadas, margeadas e rubricadas, tudo dentro do previsto pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Após aguardar com compreensível irritação a sua vez de ser atendido naquela central de carimbamentos, chegou já não muito satisfeito ao balcão.

Um rapazola com camisa de burocrata, óculos de burocrata, olhos de burocrata, nariz de burocrata e orelhas de burocrata, leu com cenho de au-



toridade o documento feito por Natércio, precaução cartorial para saber se o conteúdo é algo passível de registro ou não. O atendente, que também tinha cabelo de burocrata e uma espinha na testa de burocrata, achou estranho tudo aquilo, e avançou o limite da sua competência para saldar uma dívida com a sua curiosidade:

- Senhor Natércio.
- Natércio.
- Sim, desculpe-me, Natércio... o que o senhor está achando dessa onda aí de críticas à Petrobras?
- Depende.
- Depende do quê?
- Depende de saber se o senhor vai eventualmente usar as minhas palavras contra a empresa, se o senhor tem ou não filiação partidária e se as câmeras do cartório estão ou não funcionando.

O rapaz então confirmou a extrema autenticidade do documento. E fez o registro sem mais perguntas.

* Este é um texto de ficção. Qualquer semelhança com nomes ou fatos, é mera coincidência. Ou não.

EM DEFESA DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS AMEAÇADOS PELA TERCEIRIZAÇÃO

IGUALDADE DE
DIREITOS E DE TRATAMENTO
NO TRABALHO!

**CONTRA A
PL 4330**

 **Sindipetro NF**
Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense

Direito de Recusa

PARE
pela vida

Cláusula 105

Quando o empregado, no exercício de suas atividades...
tiver justificativa razoável para crer que a vida e/ou integridade física sua e/ou de seus colegas de trabalho, se encontre em risco grave e iminente, poderá suspender a realização dessas atividades... até que venha a ser normalizada a referida situação.

 **SindipetroNF**
Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense 